



SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CERTIFICADO

2º VIA

**CERTIFICADO REVLO Nº0794 ZM
LICENÇA AMBIENTAL**

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM no uso de suas atribuições, conforme Deliberação Normativa nº 74 de 09 de setembro de 2004, Decreto 44.844 de 25 de junho de 2008 e demais normas específicas, concede à empresa **Companhia Industrial Cataguases / Manufatora de Tecidos**, CNPJ: **19.526.748/0001-50**, **Revalidação de Licença de Operação**, para a atividade fiação e tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintética, com acabamento, de acordo com planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, no Município de Cataguases, no Estado de Minas Gerais conforme processo administrativo de Nº 00040/1981/006/2014, e decisão da Unidade Regional Colegiada Zona da Mata, em reunião do dia 26/11/2014.

() Sem condicionantes

(x) Com condicionantes

(Válida somente acompanhada das condicionantes listadas no anexo)

(A concessão da Licença deverá atender ao art. 6º da DN COPAM 13/95, sob pena de revogação da mesma)

(A revalidação da licença dar-se-á com base nas DN COPAM 017/96 e 023/97)

Esta licença não dispensa, nem substitui a obtenção pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual e municipal.

Esta licença não dispensa, nem substitui a obtenção pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual e municipal.

PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DA LICENÇA ANTERIORMENTE CONCEDIDA, NOS TERMOS DA DN COPAM Nº 233/2019, TORNANDO SEM EFEITO O CERTIFICADO ANTERIOR.

Validade da Licença Ambiental: 6 (seis) anos, com vencimento em 26/11/2014 a 26/11/2020.

Validade da Licença Ambiental, conforme prorrogação Deliberação Normativa 233/2019: 04(quatro) anos, com vencimento em 26/11/2024.

Ubá, 13 de novembro de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Albino Fontes, Superintendente**, em 13/11/2020, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21785322** e o código CRC **96F12464**.

Referência: Processo nº 1370.01.0024284/2020-34

SEI nº 21785322

MINAS GERAIS - CADERNO 1

IV – Autorizar a movimentação, em níveis interestaduais e internacionais, dos custodiados abaixo nominados, com seus respectivos números de INFOPEN:

MATRÍCULAS:

No Presídio de Teófilo Otoni I, em Teófilo Otoni – MG, por ordem judicial datada de 26/10/2020:

Azizio Mendes - 200938	Teófilo Otoni – MG
------------------------	--------------------

No Presídio de Unai I, em Unai – MG, por ordem judicial datada de 18/09/2020:

Leoni Freitas Ribeiro - 484705	Unai – MG
--------------------------------	-----------

TRANSFERÊNCIAS:

Do Presídio de Perdizes I - MG, em Perdizes – MG para o CRRT – Centro de Recuperação Regional de Tucuruí - PA, por ordem judicial datada de 02.06.2020:

Rozinei Rodrigues Alves - 886896	Pacajá – PA
----------------------------------	-------------

Do Centro de Remanejamento Provisório de Juiz de Fora I, em Juiz de Fora – MG para a Cadeia Pública ISAP Tiago Teles Domingues de Castro - RJ, por ordem judicial datada de 18.12.2019:

Gleison Moreira Aurélio - 870748	Rio de Janeiro – RJ
----------------------------------	---------------------

V - Autorizar o internamento dos custodiados abaixo nominados, nos estabelecimentos médico-penais conforme parecer da Diretoria de Atenção ao Paciente Judiciário:

Matrículas:

No Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves I:

Para exame Criminológico, em caráter ambulatorial:

Daniel Lender de Souza Costa - 86274	Ribeirão das Neves
Magno Evaristo Costa - 44072	Ribeirão das Neves
Wesley dos Santos Peres - 127253	Ribeirão das Neves
Wagner Mateus Ferreira dos Santos - 148730	Itambacuri

Para exame de Cessação de Periculosidade, em caráter ambulatorial:

Renato de Matos Barros - 554961	Raul Soares
Aparecido Jesus dos Anjos - 647080	Uberaba
Junior Antônio Pereira - 200099	Conselheiro Lafaiete
Fernando Sergio Costa Ribeiro - NC	Sete Lagoas

Para exame de Sanidade Mental, em caráter ambulatorial:

Itamar Santana Ferreira - 856526	Espera Feliz
Weverdan F. Guimarães Ciqueira - 680796	Leopoldina
Santos Roberto Fernandes de Carvalho - NC	Ipatinga
André Aparecido Bispo - NC	Frutal

No Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico de Barbacena I - Jorge Vaz:

Matrículas:

Para exame de Sanidade Mental, em caráter ambulatorial:

Rita de Cassia Carneiro - 790614	Barbacena
----------------------------------	-----------

Para exame de Cessação de Periculosidade, em caráter ambulatorial:

Marcelo Gomes Pereira - 73375	Barbacena
-------------------------------	-----------

Para Cumprimento de Medida de Segurança:

Vanderlei Canavezes Pereira - 545225	Ponte Nova
Genete Alves Batista - 592711	São Francisco

Transferências:

Do Centro de Remanejamento Provisório de Ipatinga I, para o Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico de Barbacena I - Jorge Vaz, para tratamento psiquiátrico temporário:

Heider Silva Mendes - 917652	Ipatinga
------------------------------	----------

Do Presídio de Inhapim I, para o Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico de Barbacena I - Jorge Vaz, para Cumprimento de Medida de Segurança:

Vanderlei Cardoso Miranda - 68418	Inhapim
-----------------------------------	---------

Do Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico de Barbacena I - Jorge Vaz, para o Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico de Barbacena I - Jorge Vaz, para Cumprimento de Medida de Segurança:

Luciana da Silva - 846130	Barbacena
---------------------------	-----------

Do Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico de Barbacena I - Jorge Vaz, para o Presídio de Mariana I, para continuidade do cumprimento de pena.

Weverson Antônio Cirilo Lopes Silva - 88756	Mariana
---	---------

Tornar sem efeito a autorização de Matrícula, para o Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves I, para exame Criminológico Ambulatorial, publicada no Diário Oficial do dia 04/11/2020.

Igo Dias da Silva - 184711	Leopoldina
----------------------------	------------

Tornar sem efeito a autorização de matrícula, para o Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves I, para exame de Cessação de Periculosidade Ambulatorial, publicada no Diário Oficial do dia 04/11/2020.

Lindomar Rodrigues Pena - 37453	Montes Claros
---------------------------------	---------------

Não ocorrendo à apresentação dos custodiados nos estabelecimentos penais no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da publicação deste ato, ficam as movimentações canceladas.
Superintendência de Gestão de Vagas, em Belo Horizonte, aos 10 de novembro de 2020.
Leonardo Mattos Alves Badaró
Superintendente

09 1416720 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão do Processo Disciplinar Simplificado nº 107/2020, Cláudio Coelho de Souza Júnior, conforme PORTARIA/NUCAD/CSet- SEJUSP/PDS Nº 107/2020, publicada no Minas Gerais de 12 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, a processada abaixo relacionada para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na sede da 8ª Risp, sito à Avenida Minas Gerais, 2100 - Bairro Maria Eugênia - Andar Térreo - Governador Valadares/MG - CEP 35057-760, nos dias úteis, das 08h00min às 16h00min, com prévio agendamento através do endereço de e-mail: comissao8risp@gmail.com no prazo de 10 dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Disciplinar Simplificado, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos a ela atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduzida que se comprovada remete ao descumprimento do disposto nos artigos 216, incisos V e VI, 217, inciso IV, 245, caput e parágrafo único, 246, inciso I, e 250, incisos I e II, da Lei 869/52, estando sujeita às penalidades administrativas previstas no art. 244, incisos I, III ou VI, do referido Diploma Estatutário c/c o art. 12, parágrafo único da Lei 1.8.185/2009, e nos termos do art. 9º do Decreto nº 45.155, de 21 de agosto de 2009, sob pena de REVELIA: RUTELEA SATLER - MASP 1.356.511-4 PROCESSADA NO PDS 107/2020.

Belo Horizonte, SEJUSP, 09 de novembro 2020.
Cláudio Coelho de Souza Júnior - MASP 1.379.250-2.
Presidente da Comissão

09 1416707 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 237, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2020. Regulamenta o funcionamento das Oficinas Orgânicas no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e dá outras providências.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, §1º, III da Constituição Estadual de 1989, o art. 2º, II, a do Decreto Estadual nº 47.065/2016, bem como o Decretos Estaduais nº 45.242/2009, 47.101/2016, 47.539/2018, 47.795/2019 e 47.904/2020.

RESOLVE:
Art. 1º - Regularmente a criação e o funcionamento de oficinas orgânicas nas estruturas das unidades prisionais vinculadas à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais
Parágrafo único: entende-se por oficina orgânica toda estrutura própria, preparada pelo Departamento Penitenciário de Minas Gerais (DEPEN/MG), com anuência expressa do seu Diretor Geral, para a manutenção exclusiva de veículos oficiais, preferencialmente os veículos das unidades da SEJUSP, credenciada pela Subsecretaria de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia (SULOT) no Sistema de Gestão equivalente.

CAPÍTULO I
Do pedido de criação e credenciamento
Art. 2º - Compete à Diretoria Regional o envio para a Diretoria de Trabalho e Produção (DTP) de proposta de criação de oficina orgânica em unidade subordinada à ela.

Art. 3º - A proposta de criação de oficina orgânica será encaminhada através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e deverá conter: I - Justificativa detalhada da necessidade, com exposição dos benefícios para a Administração Pública;

II - Termo de consentimento das obrigações assumidas, assinado pelo Diretor Geral da unidade que receberá a oficina e pelo Diretor Regional, conforme modelo do Anexo I;

III - Relação dos serviços que serão executados na oficina orgânica;

IV - Estimativa de economia com a implantação da oficina orgânica, com a demonstração dos cálculos;

V - Relação de ferramentas e maquinários já existentes e que comporão o acervo da oficina, com o número de patrimônio dos bens, quando houver;

VI - Relatório fotográfico dos bens referenciados no inciso anterior e do local que receberá a oficina orgânica;

VII - O local que receberá a oficina orgânica deverá ser coberto, possuir sistema de monitoramento por câmera com gravação das imagens, computador, rede para acesso à internet e telefonia, e seguir todas as normas de segurança vigentes para esse tipo de estabelecimento.

Parágrafo único: será criado um número de unidade administrativa no SIAD para receber todos os bens permanentes e de consumo da oficina, cuja responsabilidade pela guarda e conservação será do Diretor Geral da unidade.

Art. 4º - Compete a Diretoria de Trabalho e Produção (DTP) a coordenação, orientação e estabelecimento de diretrizes referentes ao processo de criação das oficinas orgânicas;

Art. 5º - Caberá a DTP receber, analisar a documentação e emitir parecer sobre a solicitação de criação de oficina orgânica, que, caso aprovada a solicitação, o processo SEI deverá ser remetido à Diretoria de Transporte e Serviços Gerais.

Parágrafo único: a DTP juntará anuência formal do Diretor Geral do DEPEN/MG no processo SEI de solicitação de criação de oficina orgânica.

Art. 6º - Compete a Diretoria de Transportes e Serviços Gerais (DTS) o recebimento do processo SEI com a solicitação de credenciamento de oficina orgânica, após a avaliação técnica e aprovação da DTP e anuência do Diretor Geral do DEPEN/MG.

Art. 7º - Caberá a DTS a instrução do processo de credenciamento da oficina orgânica, devendo adotar os seguintes procedimentos para o cadastramento:

I - Encaminhar a “FICHA DE CADASTRO DE OFICINA INTERNA”, preenchida pela Diretoria Regional, para registro da oficina orgânica, assinado e digitalizado, à SEPLAG;

II - A SEPLAG encaminhará para a prestadora de serviço “FICHA DE CADASTRO DE OFICINA INTERNA”;

III - Após o recebimento da ficha a prestadora de serviço efetuará o cadastro da oficina orgânica no sistema de gestão

IV - O acesso ao sistema será liberado em até 05 (cinco) dias após o recebimento, pela empresa prestadora de serviço, do Termo de Adesão assinado e impresso.

Art. 8º - Caberá a DMP, após o recebimento do processo SEI, solicitar a criação da unidade administrativa no SIAD e transferir os bens da oficina, relacionados no processo SEI, para a carga patrimonial da unidade, cuja responsabilidade será do Diretor Geral, que deverá solicitar à DMP a transferência ou inclusão dos bens na unidade SIAD sempre que houver movimentação.

CAPÍTULO II

Do descadastramento

Art. 9º - O Diretor Regional encaminhará para a DTS pedido de descadastramento da oficina orgânica informando os motivos do pedido;

Art. 10º - A DTS encaminhará ofício de solicitação de descadastramento assinado e digitalizado à SEPLAG;

Art. 11º - A SEPLAG encaminhará para a prestadora de serviço a solicitação de descadastramento;

Art. 12º - A prestadora de serviço deverá descadastrar a oficina orgânica em até 02 (dois) dias úteis, sendo que para ocorrer a exclusão do cadastro não podem existir veículos oficiais com orçamento em aberto ou em manutenção no sistema de gestão;

Art. 13º - A oficina orgânica terá o perfil de estabelecimento no sistema de gestão excluído, sendo cancelada a senha de acesso.

CAPÍTULO III

Do pedido de peças e da manutenção

Art. 14º - Nas oficinas orgânicas, só poderão ser realizadas manutenções em veículos oficiais que estejam devidamente cadastrados no SIAD, que deverão cumprir as seguintes condições:

I – O veículo deve estar na BASE SIAD;

II – O veículo deve estar EM USO;

III – O veículo deve estar com ATENDIMENTO ABERTO no SIAD;

IV – O hodômetro deve estar atualizado;

V – O condutor deve ser da mesma unidade processadora do veículo no SIAD;

VI – O condutor deve estar ativo no SIAD;

VII – O condutor deve possuir senha no sistema de gestão;

Art. 15º - Será cadastrado no Sistema de Gestão da empresa fornecedora das peças um gestor responsável pela oficina orgânica, denominado gestor da oficina orgânica, que será o Diretor Geral do estabelecimento, vedado o cadastro de mais de um gestor responsável pela oficina.

Art. 16º - Compete ao Diretor Geral da unidade responsável pela oficina orgânica a fiscalização do cumprimento dos dispositivos legais que regulamentam o processo de manutenção dos veículos, desde o cadastramento da unidade como oficina orgânica, até a prestação de contas da utilização das peças e das manutenções realizadas.

Parágrafo único: compete ao Diretor Regional solicitar a substituição do gestor responsável pela oficina orgânica sempre que houver a troca de direção da unidade.

Art. 17º - A responsabilidade pelo acompanhamento do serviço de manutenção executada na oficina orgânica será do Diretor Geral da unidade responsável pela oficina.

Art. 18º - Outras Unidades Prisionais poderão encaminhar veículos para serem mantidos na oficina orgânica credenciada, cabendo aos Diretores Gerais dessas Unidades demandantes do serviço indicar o servidor responsável pela entrada e retirada do veículo da oficina.

Art. 19º - O servidor indicado para retirada do veículo deverá realizar todos os testes, conferências, aceites e atestes necessários para o recebimento do veículo.

Art. 20º - Toda manutenção realizada na oficina orgânica deverá ser registrada pelo responsável pela oficina no Sistema de Gestão da empresa fornecedora das peças, conforme manuais e regras previstas no edital de licitação e no contrato de prestação de serviços.

Art. 21º - Os pedidos de peças obedecerão os ritos previstos nos manuais e regras do edital de licitação e no contrato de prestação de serviços da empresa contratada para a prestação do serviço, devendo seguir o fluxo abaixo:

I - A Unidade na qual o veículo está lotado deverá encaminhar a solicitação de manutenção para a Diretoria de Transportes e Serviços Gerais que, após análise do pedido, registrará o agendamento do veículo no sistema de gestão da empresa prestadora de serviço solicitando o direcionamento do veículo para a oficina orgânica localizada em sua região;

II - O Gestor da Oficina Orgânica registra a chegada do veículo;

III - É obrigatória a inserção da senha do condutor no sistema de gestão da prestadora de serviço;

IV - O Gestor da Oficina Orgânica deve criar o orçamento no sistema de gestão informando os serviços que serão realizados e a relação de peças/acessórios necessários para manutenção do veículo;

V - O Gestor da Oficina Orgânica deve enviar o orçamento criado, informando se as peças deverão ser entregues no endereço onde o veículo está localizado, ou se as peças serão retiradas no estabelecimento fornecedor pela Unidade;

VI - A equipe da prestadora de serviço, receberá este orçamento e fará todas as tratativas de acordo com o fluxo da manutenção previsto em edital;

VII - A equipe da prestadora de serviço, após as cotações e negociações, disponibilizará o orçamento de menor valor para aprovação da DTS;

VIII - DTS aprova orçamento;

IX - O estabelecimento fornecedor enviará as peças para o endereço informado pelo Gestor da Oficina Orgânica no pedido realizado, ou aguardará a retirada das peças pela Unidade;

X - Depois de realizar o serviço de manutenção, o gestor da Oficina Orgânica deverá registrar a conclusão da ordem de serviço no sistema de gestão, permitindo a retirada do veículo. Para a retirada do veículo o condutor deverá inserir no sistema de gestão sua senha pessoal, que equivale ao ateste do serviço realizado no veículo.

Art. 22º - A oficina orgânica não poderá participar de cotações para serviços e/ou peças de orçamentos lançados por outras oficinas da rede credenciada.

Art. 23º - É vedado ao gestor da oficina orgânica efetuar pedido de peças para fins de geração de estoque. Isto é, todas as peças demandadas, para determinada manutenção de veículo oficial, devem ser utilizadas no veículo para o qual foram solicitadas.

Art. 24º - A responsabilidade pela aquisição das peças é da empresa contratada e a quantidade adquirida deve ser aplicada imediatamente no veículo.

Art. 25º Os pedidos de peças devem estar de acordo com as especificações e quantidades definidas pelo fabricante do veículo para a realização da manutenção.

Art. 26º - A oficina orgânica somente realizará serviços.

Art. 27º - É vedado o fornecimento de peças pela oficina orgânica.

Art. 28º - Caso seja identificada a necessidade de realizar serviços ou adquirir peças que não constem no orçamento inicial, a oficina orgânica deve informar a necessidade para a empresa contratada para a prestação do serviço, bem como seguir todas as regras e os procedimentos já estabelecidos para manutenção complementar, conforme regras previstas em edital e em manual;

Art. 29º - A oficina orgânica será responsável por receber as peças providas de outros estabelecimentos da rede credenciada, caso tenha sido feita a escolha por entrega das peças no local.

Art. 30º - Caso a oficina orgânica identifique defeito em peças, no momento da utilização e/ou instalação, cabe a ela encaminhar à empresa contratada para o fornecimento das peças o relato formal e detalhado dos procedimentos adotados, bem como fotos da peça.

Art. 31º - A empresa contratada para o fornecimento das peças encaminhará o expediente para a avaliação do fornecedor e substituição da peça.

Art. 32º - O gestor da oficina orgânica deve recusar, no ato da entrega, peças que estejam com defeitos, que não sejam da marca e/ou a quantidade solicitada no Sistema de Gestão.

Art. 33º - Caso o fornecedor comprove a utilização indevida pela oficina orgânica, os técnicos da equipe da prestadora de serviço irão elaborar laudo técnico identificando a responsabilidade. Constatada a utilização inadequada das peças pelas oficinas orgânicas, que resultem na perda da garantia, a apuração de responsabilidade e o ressarcimento ficam a cargo do gestor da oficina orgânica.

Art. 34º - As peças usadas/danificadas substituídas deverão, obrigatoriamente, retornar para a unidade de origem do veículo cuja manutenção foi realizada.

CAPÍTULO IV

Do processo de pagamento

Art. 35º - Caberá ao Diretor Regional a ordenação das despesas com peça para os veículos mantidos na oficina orgânica, nos termos do §2º, do art. 2º, da Resolução SEJUSP 64, de 06 de novembro de 2019 ou do instrumento que a substituir.

Art. 36º - Compete ao ordenador de despesas da oficina orgânica:

I - apreciar e aprovar previamente o mérito de todas as aquisições, contratos e convênios a serem firmados pela Unidade da oficina orgânica;

II - programar, executar, controlar, fiscalizar e gerir a execução das despesas da unidade da oficina orgânica, em conformidade com as cotas orçamentárias e financeiras disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e pela Secretaria de Estado da Fazenda.

III - autorizar a realização de despesas somente com empenho prévio emitido e assinado;

IV – após o empenho e a confirmação de recepção do material ou do serviço, da obra ou de parte de sua execução e aceitação pelos responsáveis e instrução de processo contendo a documentação necessária, reconhecendo a legalidade e conformidade com as cláusulas contratuais das despesas, autorizar a emissão de nota de liquidação, assiná-la digitalmente, no prazo legal, e encaminhar com no mínimo 5 (cinco) dias antes do vencimento da obrigação o processo para inscrição tempestiva no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, da Ordem de Pagamento, observada a disponibilidade financeira;

V - assinar digitalmente, em tempo hábil, a Ordem de Pagamento Bancária após o registro do pagamento da despesa pela Diretoria de Contabilidade e Finanças - DCF, antes do processamento bancário. A ausência de assinatura digital nas ordens de pagamento acarretará a impossibilidade da sua transmissão bancária e ensejará a responsabilidade dos respectivos ordenadores de despesas nos casos de geração de encargos financeiros ou de prejuízo a terceiros, conforme Decreto 47.113, de 20 de dezembro de 2016.

VI – Em caso de afastamento, providenciar, junto à Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), o bloqueio de seu registro como ordenador de despesas no SIAFI no período correspondente.

Art. 37º - O valor máximo gasto com peças para um mesmo veículo durante o período de 12 meses obedecerá o disposto no art. 44, do Decreto 47.539/2018.

Parágrafo único: a Diretoria de Transportes e Serviços Gerais fará o controle do valor gasto com peças por veículo, no ato de aprovação da Ordem de Serviço - OS, que será encaminhada pelas unidades da SEJUSP ao setor para análise, solicitação das peças e indicação da Oficina Orgânica que o veículo deverá dar entrada para a manutenção.

Art. 38º - As etapas para a realização do pagamento, após a realização da manutenção, são as seguintes:

I - Os estabelecimentos da rede credenciada (autopeças, concessionárias, etc.), deverão emitir as respectivas notas fiscais e anexá-las à ordem de serviço no sistema de gestão;

II - As notas fiscais serão emitidas em nome da SEJUSP;

III - Após a Unidade finalizar a etapa de retirada do veículo da oficina orgânica, a Diretoria de Execução de Despesas, responsável pelo pré-faturamento, é notificada via e-mail para validação dessa manutenção;

IV - A Diretoria de Execução de Despesas realizará a aprovação do pré-faturamento após a finalização do processo de manutenção no sistema de gestão;

V - Somente após a validação e aprovação das NFs o estabelecimento é autorizado a realizar a transação de cobrança;

TERÇA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 2020 – 9

VI - Após a validação a empresa prestadora de serviço emitirá a fatura referente aos valores a serem pagos pela SEJUSP;

Art. 39º - A DTS disponibilizará as notas fiscais para o ateste, que será realizado, obrigatoriamente, por servidor formalmente designado pelo Diretor Geral para coordenar a oficina orgânica, Diretor Geral da unidade e Diretor Referência cuja unidade esteja subordinada;

Art. 40º - Após os procedimentos de ateste, a DTS remeterá o processo SEI para a Diretoria de Execução de Despesas (DED), para a instrução do processo de pagamento e demais providências cabíveis;

Art. 41º - Depois de instruído e conferido, o DED encaminhará o processo de pagamento para a DCF registrar a ordem de pagamento bancária.

CAPÍTULO V

Das Disposições finais

Art. 42º - A unidade que possuir oficina orgânica fará jus ao recebimento de verba de despesa miúda de produção;

Art. 43º - A utilização da despesa miúda deverá seguir as disposições previstas no Decreto 37.924, de 16 de maio de 1996, e demais orientações expedidas pela Superintendência de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPOF) da SEJUSP;

Art. 44º - A empresa contratada para o fornecimento das peças e administração do Sistema de Gestão fornecerá treinamento para as unidades, após a aprovação do credenciamento da oficina orgânica;

Art. 45º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2020.

General Mario Lucio Alves de Araujo

Secretário de Estado
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA

09 1416715 - 1

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro torna público o arquivamento da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada:

1. Nilton Domingos de Oliveira/Fazenda Guaritas e Vargem Formosa.

- Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despoldamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes e Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. - São Gotardo/MG. – PA nº 4633/2020. - Classe 2 - Motivo: Discrepâncias nas informações referentes ao Registro de imóveis.

(a) Kamila Borges Alves. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

09 1416658 - 1

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicada no diário oficial de “MG” no dia 06/11/2020 pág.10)

Pauta da 103ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada do Noroeste de Minas (URC NOR) do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Data: 19 de novembro de 2020, às 13h30min.

Endereço virtual da reunião:

https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w

(...)

Onde se lê:

Pauta da 103ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada do Noroeste de Minas (URC NOR) do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Data: 19 de novembro de 2020, às 13h30min.

Endereço virtual da reunião:

https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w

(...)

Leia-se:

Pauta da 103ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada do Noroeste de Minas (URC NOR) do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM



SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD



CERTIFICADO REVLO N°0794 ZM

LICENÇA AMBIENTAL

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM no uso de suas atribuições, conforme Deliberação Normativa nº 74 de 09 de setembro de 2004, Decreto 44.844 de 25 de junho de 2008 e demais normas específicas, concede à empresa Companhia Industrial Cataguases / Manufatura de Tecidos, CNPJ: 19.526.748/0001-50, Revalidação de Licença de Operação, para a atividade fiação e tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintética, com acabamento, de acordo com planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, no Município de Cataguases, no Estado de Minas Gerais conforme processo administrativo de Nº 00040/1981/006/2014, e decisão da Unidade Regional Colegiada Zona da Mata, em reunião do dia 26/11/2014.

Sem condicionantes

X

Com condicionantes

(Válida somente acompanhada das condicionantes listadas no anexo)
(A concessão da Licença deverá atender ao art. 8º da DN COPAM 13/95, sob pena de revogação da mesma)
A revalidação da licença dar-se-á com base nas DN COPAM 017/96 e 023/97

Esta licença não dispensa, nem substitui a obtenção pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual e municipal.

Validade da Licença Ambiental: 6 (seis) anos, com vencimento em 26/11/2020.



Ubá, 26 de novembro de 2014.

9/CB Uganda
SUPRAM / ZONE
DIREC
Masop: 7197093

Leonardo Sorbliny Schuchter

Superintendente Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata



FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO ESTADUAL DE CIÊNCIAS
E TECNOLOGIA

INSTITUTO MINEIRO
DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA



ANEXO I

Condicionantes para Revalidação da Licença de Operação (REVLO) da CIA Industrial de Cataguases - Matriz

Empreendedor: CIA Industrial de Cataguases – Matriz Empreendimento: CIA Industrial de Cataguases – Matriz CNPJ: 19.526.748/0001-50 Município: Cataguases Atividade: Fiação e tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintéticas com acabamento. Código DN 74/04: C-08-08-7 Processo: 00040/1981/006/2014 Validade: 06 anos		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência de Revalidação da Licença de Operação
	Condicionantes incluídas na 113ª RO URC ZM em 26/11/2014	
02	Protocolizar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº55, de 23 de abril de 2012.	30 (trinta) dias
03	Apresentar no mês de fevereiro de cada ano de vigência da licença, o certificado de consumidor de produtos e subprodutos florestais expedido pelo IEF.	Durante a vigência de Revalidação da Licença de Operação

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Revalidação da Licença de Operação (REVLO) da CIA Industrial de Cataguases - Matriz

Empreendedor: CIA Industrial de Cataguases – Matriz
Empreendimento: CIA Industrial de Cataguases – Matriz
CNPJ: 19.526.748/0001-50
Município: Cataguases
Atividade: Fiação e tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintéticas com acabamento.
Código DN 74/04: C-08-08-7
Processo: 00040/1981/006/2014
Referencia: Programa de Automonitoramento da Revalidação da Licença de Operação
Validade: 06 anos

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada e saída da ETE	Vazão média diária, pH, Temperatura, sólidos em suspensão, sólidos sedimentáveis, DQO, DBO, detergentes, sulfetos e metais (conforme o corante ou pigmento utilizado).	<u>Mensal</u>
Saída da ETE	Toxicidade aguda – Daphni similis, devendo na mesma amostra analisar DQO, cor, sulfetos e metais (conforme o corante ou pigmento utilizado).	<u>Semestral</u>
A montante e a jusante do ponto de lançamento dos efluentes líquidos no Rio Pomba.	pH, temperatura, DQO, DBO, oxigênio dissolvido e sólidos sedimentáveis.	<u>Semestral</u>

Relatórios: Enviar semestralmente a Supram-ZM os resultados das análises efetuadas. **Informar a produção industrial e número de empregados, no período. Quando da análise de toxicidade aguda, informar os produtos químicos utilizados na ocasião e respectivas quantidades, principalmente, dos corantes e pigmentos.** O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 167/2011 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos Sólidos e Oleosos



Enviar semestralmente a Supram-ZM, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à Supram-ZM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA n.º 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

3. Efluentes Atmosféricos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Chaminé das caldeiras e aquecedores de fluido térmico.	Material particulado, NO _x , SO _x , CO.	<u>Anualmente</u>

Relatórios: Enviar anualmente a Supram-ZM os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos laudos analíticos



deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na DN COPAM n.º 187/2013 e na Resolução CONAMA n.º 382/2006.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou Environmental Protection Agency – EPA.

4. Ruídos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de análise
P1 – Fundos da Fábrica	NPS dB (A)	Anual
P2 – Frente da fábrica	NPS dB (A)	Anual
P3- Lateral Direita	NPS dB (A)	Anual
P4- Lateral Esquerda	NPS dB (A)	Anual

Enviar anualmente à Supram-ZM relatório contendo os resultados das medições efetuadas; neste deverá conter a identificação, registro profissional e assinatura do responsável técnico pelas amostragens.

As amostragens deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual n.º 10.100/1990 e Resolução CONAMA n.º 01/1990.

O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 167/2011 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises, acompanhado da respectiva anotação de responsabilidade técnica – ART.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ZM, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.